



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Aprovada por Assembleia
19/09/2020
29.12.2020

Antes
de

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Pelas vinte horas do trigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em sessão ordinária, no Hotel Marriott Lisboa, sito na Avenida dos Combatentes, 45, em Lisboa. -----

Estiveram presentes: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Luís Filipe Gomes Ferreira -----

Óscar Bruno Coelho Antunes -----

Deldina Filomena Fontes Barroso -----

Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos -----

Daniel Alexandre Brás Magalhães Nunes -----

João António Pereira Calheiros -----

Sebastião José Gonçalves Carqueja -----

Francisco José Gomes Guerreiro Patrício Álvares -----

PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

Ana Sofia de Oliveira Branco -----

Ana Maria da Mota Monteiro -----

Nuno Manuel Valentim de Sousa Vitoriano -----

Vítor Manuel de Rosa Formigal Navalho -----

Carlos Manuel Pita Cacais Rua -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Alexandra do Almortão Coelho Lourenço Jóia -----

Anabela Gonçalves Lucas -----

Rodrigo Barreiros Ferreira -----

PCP-PEV – CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----

Helena Maria Caetano da Silva Damas Barros -----

BE – BLOCO DE ESQUERDA -----

Ana Sofia Mealha Afonso Cortes -----

Pedidos de substituição: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Cristina Maria Dias Fulgêncio Parente -----



Ata
JK

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

Luís Filipe da Costa Vieira da Silva -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Nuno Ricardo Araújo de Brito -----

Luís Filipe da Silva Neto -----

Faltas: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Isabel Maria Dionísio da Silva Mendes -----

O **Presidente da Mesa** da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, Óscar Antunes, passados que foram os quinze minutos de tolerância do regimento, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes, e passando a ler a ordem de trabalhos que foi afixada por Edital: -----

Ponto 1. Período de antes da ordem do dia; -----

Ponto 2. Apreciação da Proposta n.º 35/2020 – Aprovação do Regulamento da estrutura organizacional e competências da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica; ---

Ponto 3. Apreciação e votação da Proposta n.º 36/2020 – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2020; -----

Ponto 4. Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia – 3.º trimestre de 2020. -----

Ponto 5. Apreciação e votação da Proposta n.º 32/2020 – Abertura de procedimento concursal para Chefe de Divisão de Intervenção Comunitária; -----

Ponto 6. Apreciação e votação da Proposta n.º 33/2020 – Abertura de procedimento concursal para Chefe de Divisão de Intervenção Territorial; -----

1. Período de antes da ordem do dia. -----

Introduzindo este ponto, o **Presidente da Mesa** deu nota dos documentos que deram entrada na Mesa da Assembleia, passando a palavra aos respetivos proponentes para procederem à apresentação dos mesmos. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que começou por manifestar o seu repúdio pelo facto de os membros da Assembleia apenas terem recebido os documentos a apreciar na presente sessão da Assembleia de Freguesia com vinte e quatro horas de antecedência, condicionando a análise dos mesmos. Em seguida, apresentou os documentos submetidos pela Bancada do Partido Comunista Português à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que apresentou os documentos submetidos pela Bancada do Bloco de Esquerda à Mesa da Assembleia de Freguesia,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. Na sequência da sua intervenção, e pegando na questão suscitada pela Bancada da CDU, relativamente ao recrutamento de professores e assistentes operacionais, solicitou algumas informações adicionais acerca da forma como os estabelecimentos escolares da freguesia se estão a organizar para o início de mais um ano letivo. Na sequência da notícia veiculada pela comunicação social, referente a uma derrocada ocorrida no túnel do metro, na Praça de Espanha, decorrente das obras em curso, questionou se a Junta de Freguesia reuniu com a Câmara Municipal de Lisboa e com a unidade de execução para avaliar os impactos desta situação. -----

Toma a palavra **Alexandra Jóia**, do CDS-PP, que assinalando a progressão a que se tem assistido em termos de abertura ao público de vários espetáculos, tanto ao ar livre, como em ambiente interior, questionou por que razão as sessões da Assembleia de Freguesia continuam a ser vedadas ao público, opção que nas circunstâncias atuais já não fará muito sentido. Por outro lado, tendo o eleito Nuno Brito se disponibilizado para colaborar com a Junta de Freguesia, a título gratuito, na implementação dos meios tecnológicos necessários para a realização da Assembleia de Freguesia por videoconferência, solicitou um esclarecimento sobre as razões pelas quais esta proposta não foi devidamente considerada. -----

Toma a palavra **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que solicitou um ponto de situação em relação ao bar da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. Associando-se ao protesto da eleita da CDU, questionou por que razão a Bancada do CDS-PP tem de apresentar os seus documentos com quarentas e oito horas de antecedência, quando outras forças políticas apenas respeitam um prazo de vinte e quatro horas. -----

Toma a palavra **Rodrigo Ferreira**, do CDS-PP, que questionou se o Presidente da Junta de Freguesia tem alguma informação da parte da Câmara Municipal de Lisboa em relação à derrocada no túnel do metro na zona da Praça de Espanha, tendo em conta o significativo impacto no cotidiano dos residentes na freguesia do corte da linha azul do Metropolitano de Lisboa. Neste sentido, perguntou se já existe uma previsão para a normalização da situação e restabelecimento da circulação nesta linha. -----

Toma a palavra **Nuno Vitoriano**, do PSD, que antecipando o sentido de voto da sua Bancada, indicou que o PSD se irá abster no referente à terceira e quarta proposta do Bloco de Esquerda, por considerar a realização de manifestações desadequada neste período de pandemia, e irá votar contra o sétimo documento apresentado pelo Bloco de Esquerda. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que uma vez mais explicou que a Junta de Freguesia não possui atualmente as condições técnicas que permitam assegurar a realização da Assembleia de Freguesia por videoconferência de forma fiável e profissional. Revelou que estão a ser dados passos nesse sentido, seguindo-se todos os trâmites do código das compras públicas. Acrescentou que até que existam alternativas que garantam a credibilidade e dignificação do órgão deliberativo, as sessões continuarão a ter que se realizar presencialmente, assim como a Lei prevê e permite. -----

Toma a palavra **Alexandra Jóia**, do CDS-PP, que agradecendo os esclarecimentos prestados, não deixou de lamentar o facto de São Domingos de Benfica ser das poucas freguesias que não possui os meios técnicos indispensáveis à realização de uma Assembleia de Freguesia por videoconferência, apesar de possuir um Mercado de Inovação. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, Vogal da Junta de Freguesia, que em resposta, esclareceu que o Mercado de Inovação presente em São Domingos de Benfica tem por objetivo apoiar a criação, fixação e crescimento de novas empresas, pelo que não se relaciona diretamente com o tema suscitado anteriormente. -----

Toma a palavra **João Dias**, Vogal da Junta de Freguesia, que mencionou que de acordo com a informação veiculada pela comunicação social, o Presidente do Metropolitano de Lisboa terá afirmado que no dia 2 de outubro (sexta-feira) será reposta a normal circulação na linha azul do metro. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que na sequência da informação prestada pelo Vogal João Dias, esclareceu que o Metropolitano de Lisboa não é da responsabilidade da Junta de Freguesia, não tendo esta qualquer competência ao nível das intervenções que estão a ser realizadas. Mais clarificou que o incidente em si também não ocorreu no território da Freguesia de São Domingos de Benfica. Relativamente aos espetáculos culturais, explicou que a Direção Geral de Saúde criou um conjunto de normas específicas para regular o acesso e funcionamento da Quinta da Alfarrobeira, e acrescentou que a Junta de Freguesia se limitou a ceder este espaço para a realização de alguns eventos promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa, com as verbas resultantes a serem integralmente encaminhadas para os artistas e técnicos envolvidos. Uma vez mais lamentou que o Bloco de Esquerda insista em trazer para a Assembleia de Freguesia temas que extrapolam claramente as competências da Junta de Freguesia, ignorando sistematicamente os assuntos que realmente interessam à freguesia e à sua população. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Rodrigo Ferreira**, do CDS-PP, que esclareceu que na sua intervenção anterior se limitou a questionar se o Presidente da Junta de Freguesia teria alguma informação relevante da parte do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, estando perfeitamente ciente de que as circunstâncias em torno do Metropolitano de Lisboa não são da competência da Junta de Freguesia. No entanto, não serão negligenciáveis os constrangimentos que tais circunstâncias provocam aos cidadãos que residem na Freguesia de São Domingos de Benfica, regulares utilizadores da linha azul do metro, tendo sido esta a razão fundamental da pergunta que colocou. -----

Toma a palavra **Anabela Lucas**, do CDS-PP, que corrigindo a sua intervenção anterior, indicou que o envio de documentação com apenas vinte e quatro horas de antecedência não é da responsabilidade direta das Bancadas. -----

O **Presidente da Mesa** informou ter recebido toda a documentação com quarenta e oito horas de antecedência, estando convencido de que simultaneamente a mesma é reencaminhada para todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia. Porém, comprometeu-se a averiguar a situação, para que os documentos a apreciar possam ser disponibilizados em tempo útil. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, o **Presidente da Mesa** passou de imediato à votação dos sete documentos apresentados neste ponto da ordem de trabalhos, cujos resultados são seguidamente discriminados. -----

1- Voto de Pesar "Fernanda Lapa" (CDU), aprovado por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, e abstenções do CDS-PP*); 2- Voto de Saudação "Saudação à Escola Pública" (BE), aprovado por unanimidade. 3- Voto de Saudação "Ação Nacional de Luta da CGTP" (BE), aprovado por maioria (*votos favoráveis da CDU e BE, e abstenções do PS, PSD e CDS-PP*). 4- Voto de Saudação "Greve Climática de 25 de setembro de 2020" (BE), aprovado por maioria (*votos favoráveis do CDS-PP, CDU e BE, e abstenções do PS e PSD*). 5- Moção "Reabertura do Ano Letivo 2020/2021" (CDU), aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, e abstenções do CDS-PP*). 6- Moção "Pela disponibilização de testes gratuitos a professores, assistentes operacionais e alunos" (BE), aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e BE, e voto contra da CDU*). 7- Moção "Contra o processo de eleição indireta dos Presidentes das CCDR e pela instituição efetiva das Regiões Administrativas" (BE), rejeitada (*votos favoráveis da CDU e BE, votos contra do PS e PSD, e abstenções do CDS-PP*). -----

Toma a palavra **Alexandra Jóia**, do CDS-PP, que apresentou uma declaração de voto referente ao primeiro documento, justificando a abstenção da Bancada do CDS-PP com a desnecessária inclusão de considerandos políticos naquilo que deveria ser tão



Handwritten signature and initials

somente um voto de pesar a transmitir à família de Fernanda Lapa, recentemente falecida. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que apresentou uma declaração de voto relativa ao quarto documento em apreciação, na qual afirmou que embora o Partido Comunista Português acredite que é essencial alterar o regime para proteção do clima e meio ambiente, não se revê nos mecanismos reivindicativos utilizados, alegando de igual modo que as mudanças devem começar de cima, a nível governamental. Aditou que as greves referidas vêm comprovar que o capitalismo não é verde. Relativamente ao sexto documento colocado à consideração do plenário, concordando que os testes deveriam ser gratuitos para todos os cidadãos, explicitou que essa recomendação deverá ser feita a nível do Governo, e não de uma Assembleia de Freguesia. -----

O **Presidente da Mesa**, na qualidade de eleito pela Bancada do PS, declarou que o voto contra da Bancada do Partido Socialista é tão somente motivado pelo entendimento de que alguns temas suscitados nas moções extrapolam as competências da Assembleia de Freguesia, devendo ser discutidos, regulados e legislados em sede de Assembleia da República. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que respondendo à questão suscitada anteriormente pela Bancada do CDS-PP, revelou existirem algumas propostas para utilização do espaço do bar, estando a ser elaborada uma resposta que será posteriormente reencaminhada a quem de direito. -----

2. Apreciação da Proposta n.º 35/2020 – Aprovação do Regulamento da estrutura organizacional e competências da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de regulamento da estrutura organizacional e competências da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD e BE, e abstenções do CDS-PP e CDU*). -----

3. Apreciação e votação da Proposta n.º 36/2020 – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2020. -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de alteração do Mapa de Pessoal aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD e CDU, voto contra do BE, e abstenções do CDS-PP*). -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que apresentou uma declaração de voto, na qual justificou o voto contra da Bancada do Bloco de Esquerda com o facto de não estar prevista a integração dos colaboradores do setor da educação no quadro de pessoal da Junta de Freguesia. -----



J. Antunes
[Signature]

4. Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia – 3.º trimestre de 2020. -----

O **Presidente da Mesa**, antes de dar entrada neste ponto, colocou à consideração do plenário, por proposta do Executivo da Junta de Freguesia, a inclusão de dois pontos adicionais na ordem de trabalhos, a qual foi aprovada por maioria, com as abstenções das Bancadas do CDS-PP e da CDU. -----

Para apresentação deste ponto, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que no referente à informação escrita previamente distribuída pelos membros da Assembleia, destacou os projetos relativos à Componente de Apoio à Família e às Atividades de Enriquecimento Curricular, a renovada aposta na Caixa Bebê, os apoios sociais que têm vindo a aumentar, como forma de combater situações precárias e uma certa pobreza envergonhada motivadas pela pandemia de Covid-19, que também deixou a descoberto as fragilidades económicas em que mergulharam algumas zonas da freguesia – apontando como exemplos o Alto dos Moinhos ou a zona da Avenida Columbano Bordalo Pinheiro. Frisou também o esforço que a Junta de Freguesia tem feito na modernização dos seus equipamentos, e as diligências tomadas para abertura de duas delegações – no Bairro das Furnas e na Rua Lúcio de Azevedo – por forma a privilegiar a proximidade com a população. Desculpou-se perante o eleito do CDS-PP, na eventualidade de ter interpretado mal o sentido da questão por este colocada. Congratulou-se com o início da obra da Creche na Estrada da Luz, e abordou a implementação de um projeto relacionado com a doença de Alzheimer, que envolve três entidades distintas numa parceria com a Junta de Freguesia. Endereçou uma palavra de reconhecimento às escolas, e em particular ao Agrupamento de Escolas das Laranjeiras, extensiva a toda a comunidade escolar, pela forma empenhada como têm trabalhado neste início de ano letivo, passando desta forma uma mensagem de tranquilidade e de segurança para os alunos, pais e encarregados de educação. Concluiu a sua intervenção, reiterando a total disponibilidade da Junta de Freguesia para continuar a apoiar os cidadãos e agregados familiares mais carenciados, e para acolher qualquer sugestão ou crítica construtiva proveniente das várias forças políticas, passíveis de melhorar a atuação da Junta de Freguesia neste período particularmente delicado. -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, a Assembleia prosseguiu para o próximo ponto da ordem de trabalhos. -----

5. Apreciação e votação da Proposta n.º 32/2020 – Abertura de procedimento concursal para Chefe de Divisão de Intervenção Comunitária. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de abertura de procedimento concursal mencionada aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD e BE, e abstenções do CDS-PP e CDU*). -----

6. Apreciação e votação da Proposta n.º 33/2020 – Abertura de procedimento concursal para Chefe de Divisão de Intervenção Territorial. -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de abertura de procedimento concursal mencionada aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD e BE, e abstenções do CDS-PP e CDU*). -----

O **Presidente da Mesa** colocou à consideração do plenário a aprovação em minuta das deliberações tomadas nos Pontos n.º 2, 3, 5 e 6 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, o **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica** deu por encerrada a reunião. -----

O Presidente da Mesa

Óscar Bruno Coelho Antunes

O 1º Secretário

Luís Filipe Gomes Ferreira

A 2ª Secretária

Deldina Filomena Fontes Barroso



Voto de Pesar Fernanda Lapa

*"o teatro reflecte todas as contradições,
avanços e recuos do papel da mulher
na sociedade contemporânea."*

Fernanda Lapa

Faleceu no passado dia 6 de Agosto, a actriz e encenadora Fernanda Lapa, nome maior do teatro e da cultura portuguesa.

Fernanda Lapa, nascida em Lisboa em 1943, teve uma vida inteira dedicada ao teatro, onde se estreou em 1962, no Teatro dos Alunos Universitários de Lisboa. A sua primeira peça como actriz foi na Casa da Comédia, da qual foi fundadora.

Diplomou-se em encenação em Varsóvia, na Escola Superior de Encenação, em 1979, com uma bolsa da Secretaria de Estado da Cultura.

Desde então toda a sua riquíssima carreira foi na representação e, sobretudo, na encenação de grandes dramaturgos e na direcção de grandes actores, bem como no ensino e formação de novos homens e mulheres do teatro, seja no plano universitário ou nos palcos.

A criação da Escola de Mulheres, da qual se assinalaram os 25 anos no passado mês de Março, deu expressão no teatro a uma das batalhas de Fernanda Lapa: a da igualdade entre mulheres e homens, no teatro e na vida. A sua ligação à luta pela igualdade remonta ao período da ditadura fascista, tendo nos anos após a Revolução de Abril a correspondente expressão na luta e na conquista de direitos políticos, sociais, económicos e culturais.

Fernanda Lapa foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo – STE durante vários mandatos, bem como do Movimento Democrático de Mulheres.

Militante do PCP desde 1978, toda a sua militância, activa, presente e empenhada, de grande dedicação ao Partido, foi feita no Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa. Ainda recentemente, no Comício comemorativo dos 99 anos de vida do PCP, Fernanda Lapa participou, com toda a sua generosidade militante, declamando. A sua ligação à luta dos trabalhadores, à defesa da cultura, à causa da liberdade, da democracia e do socialismo estiveram presentes até ao fim da sua vida.

O seu empenho cultural, cívico, mas também militante na luta pelo progresso e pela emancipação do povo português levaram-na a dinamizar as comemorações do Centenário de Bernardo Santareno, durante o ano de 2020, onde se integra a peça "O Punho", a estrear em Novembro, que homenageia a Reforma Agrária, a luta pela sua conquista e os operários agrícolas que a protagonizaram.



Assim, por proposta da eleita do PCP, a Assembleia de Freguesia de S. Domingos de Benfica, delibera:

1. Manifestar o profundo pesar pelo falecimento de Fernanda Lapa, expressando à Família e aos Amigos as mais sentidas condolências.
2. Dar conhecimento deste Voto à Escola de Mulheres - Oficina de Teatro, a companhia que criou e toda a vida dirigiu, e ao Movimento Democrático de Mulheres, a cujo Conselho Nacional actualmente pertencia.

Lisboa, 28 de Setembro de 2020

A Eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de S.Domingos de Benfica

Helena Barros

Aprovada por maioria

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

2

SAUDAÇÃO À ESCOLA PÚBLICA

A Escola Pública foi uma das primeiras instituições da Democracia a ter de responder rapidamente à pandemia da covid-19, criando um ensino não-presencial de emergência a partir dos recursos pessoais dos professores e dos alunos, e servindo de apoio à comunidade através do acolhimento dos filhos dos trabalhadores dos serviços essenciais e das refeições que continuou a fornecer aos beneficiários da ação social escolar;

Reveladas as limitações e os riscos sociais, pedagógicos e psicológicos do ensino a distância, a Escola Pública teve de se preparar, mesmo com recursos limitados, para receber milhares de crianças e jovens em condições de segurança neste ano letivo que agora se inicia. O regresso ao ensino presencial é hoje um consenso na sociedade portuguesa, tão grande ou maior do que aquele que levou ao seu encerramento. Mesmo sabendo que há riscos no regresso, que há dúvidas, pior seria a certeza de uma geração sem educação.

As escolas, as direções, os profissionais de educação estão a fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir que o início do ano letivo acontece nas melhores condições possíveis. No entanto, são evidentes as dificuldades: a instabilidade criada por um corpo docente envelhecido com milhares de professores pertencentes a grupos de risco; a falta de funcionários provocada por uma portaria de rácios desadequada e cujo reforço devido à pandemia ainda não chegou às escolas; o desafio de adaptar os espaços físicos às necessidades de distanciamento.

É inegável que a tarefa dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas seria facilitada se Escola Pública estivesse apetrechada com docentes mais jovens, com reforço da contratação de professores e um plano do Governo que permitissem a redução do número de alunos por turma e a adaptação das escolas ao contexto da pandemia. A pandemia mostrou que o investimento na Escola Pública, além de um desígnio, deve ser

uma prioridade nacional.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica reunida a 30 de Setembro de 2020, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1. Saudar a mobilização e o empenho da Escola Pública na resposta aos desafios lançados pela pandemia da covid-19, demonstrando uma vez mais o seu papel essencial no cumprimento dos ideais democráticos da igualdade e da justiça social;
2. Saudar os professores e as professoras, os profissionais não-docentes, as alunas e os alunos e as suas famílias pelo esforço coletivo para garantir a missão pedagógica e comunitária da Escola Pública.
3. Declarar o compromisso desta autarquia na defesa da Escola Pública e no apoio a todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas para enfrentar os desafios da pandemia de COVID-19.

Pelo Bloco de Esquerda

Ana Sofia Cortes

Aprovada por unanimidade.



Bloco de Esquerda
Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Voto de Saudação

3

Ação de Luta Nacional da CGTP

A pandemia trouxe uma vaga de despedimentos e de lay-offs e pôs a nú desregulação do Código de Trabalho, quer ao nível do teletrabalho, quer ao nível da garantia de um emprego digno e de qualidade.

Muitas empresas não se enquadravam nos requisitos para declarar a situação de lay-off e, além disso, companhias que operam em setores estratégicos para o país vão despedir trabalhadores como é o caso da AutoEuropa e da TAP. Também o setor da banca irá dispensar trabalhadores.

Ninguém pode ficar para trás!

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica reunida a 30 de Setembro de 2020, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

- 1- Saudar a participação dos dirigentes sindicais na Ação de Luta Nacional da CGTP de 26 de Setembro de 2020
- 2- Circular este documento pela Câmara de Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, bem como pelas centrais sindicais

Pelo Bloco de Esquerda

Ana Sofia Cortes

Aprovado por maioria



Bloco de Esquerda
Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

4

Voto de Saudação

Greve Climática de 25 de Setembro de 2020

Os tempos de pandemia que vivemos revelam que é cada vez mais urgente o combate às alterações climáticas, através da promoção do uso de fontes de energia renováveis, do reforço dos transportes públicos e dos meios de circulação suave (bicicletas, trotinetes), bem como a partir da criação de mais espaços verdes nas cidades.

O apelo de Greta Thunberg traduziu-se na formação de um movimento pela justiça climática, onde propõe a realização de greves pelo clima, no sentido de pressionar os governos para a implementação de medidas para a neutralidade carbónica.

Lisboa foi eleita a capital verde para o ano de 2020, cumprindo o reforço de medidas que promovam o desenvolvimento sustentável, bem como a continuação do alargamento das zonas destinadas à construção de ciclovias e de novos espaços públicos.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica reunida a 30 de Setembro de 2020, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

- 1- Saudar a mobilização dos jovens para a greve climática no passado dia 25 de Setembro de 2020.
- 2- Fazer circular este documento na Câmara Municipal de Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa e por todas as organizações ambientalistas sediadas no concelho de Lisboa.

Pelo Bloco de Esquerda

Ana Sofia Cortes

Aprovado por maioria



↑

Moção Reabertura do Ano Lectivo 2020-2021

Considerando que,

Após um longo período de tempo com as escolas encerradas para a esmagadora maioria dos alunos, é necessário o quanto antes o regresso ao ensino presencial, ensino este que tem uma centralidade e uma importância no processo de ensino/aprendizagem que não é substituível por experiências à distância. O papel dos professores na sala de aula é imprescindível no acompanhamento dos alunos.

O regresso ao ensino presencial é possível, como decisivo para normalizar o processo ensino/aprendizagem e recuperar os atrasos provocados pelas medidas de excepção, adoptadas em Março passado, mas exige a adopção de medidas rigorosas que garantam todos as normas de segurança para proteger a saúde dos estudantes, dos professores e de todos os profissionais da educação.

O regresso ao ensino presencial é a garantia de que nenhum aluno ficará condicionado no acompanhamento da matéria leccionada, ao contrário do que aconteceu com uma percentagem muito significativa no ano lectivo anterior.

O caminho, no imediato e no futuro, passa pelo inequívoco reforço da Escola Pública, o que implica e obriga a mais investimento, mais trabalhadores, mais meios técnicos e materiais, melhor parque escolar, bem como:

- A redução do número de alunos por turma, há muito necessária, e agora ainda mais evidente.
- Um caminho que contrarie a entrega de soluções a privados e o franquear de portas à sua livre entrada nas escolas.
- O reforço da Acção Social Escolar, com os meios necessários e a iniciativa suficiente para garantir a todos os apoios atempados, que se prevêm acrescidos pelo agravamento da situação económica e social.

Na reabertura do ano lectivo, são muitas as interrogações face às insuficientes orientações divulgadas pelo Governo e às indefinições que subsistem. Cabe ao Ministério da Educação apresentar soluções e orientações que, de forma clara, eliminem factores de incerteza e simultaneamente tranquilizem as famílias.

Directores de escolas e agrupamentos, professores e outros profissionais da educação, estudantes e famílias, têm manifestado as suas preocupações com a falta de garantias no plano da saúde e do funcionamento das escolas, que se estendem à carência de recursos humanos indispensáveis para o reforço pedagógico que os meses de encerramento impuseram.

As carências hoje identificadas nas escolas, para além das que resultam do necessário combate à epidemia com as medidas de adaptação à situação actual, são o resultado de muitos anos de desvalorização da Escola Pública, do subfinanciamento a que tem sido sujeita, da falta de profissionais a todos os níveis, a que se soma a existência de trabalhadores pertencentes a grupos de risco.

Quando os investigadores apontam como medida prioritária a redução dos contactos entre os alunos, a não utilização dos mesmos espaços, a desinfeção sistemática das salas de aula, o controlo da utilização das máscaras, estão a pensar numa resposta das escolas que devia passar, obrigatoriamente, pelo reforço dos auxiliares de acção educativa, o que não se verifica neste momento.

Se o número de auxiliares de acção educativa em falta antes da Covid-19 era de cerca de 5000, o Governo não só não renovou o contrato a centenas de trabalhadores, como se compromete a recrutar, até à abertura do ano lectivo, um número inferior aos que saíram, para não referir os milhares em falta há vários anos.

A possibilidade aventada por alguns dirigentes escolares de colocar crianças e jovens a substituir trabalhadores em falta na limpeza e desinfeção das salas de aula é inaceitável. A Escola é para estudar e não para colocar alunos a substituir trabalhadores.

Também o número de assistentes técnicos, técnicos superiores e outros técnicos especializados fica muito aquém das necessidades das escolas. Neste regresso à Escola é fundamental, designadamente, o reforço de psicólogos, tendo em conta a degradação da saúde mental de muitos jovens devido ao confinamento a que foram sujeitos

As verbas adiantadas pelo Ministério da Educação para o 1.º período para adquirir não só máscaras mas também luvas, batas, aventais, entre outros equipamentos de protecção individual deixam antever claras dificuldades, face ao número de alunos que agora regressam às aulas e todos os trabalhadores da Escola Pública.

De acordo com os dados do gabinete do vereador da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Grilo, divulgados na comunicação social em Novembro de 2019 e não desmentidos em momento algum, faltariam precisamente 514 auxiliares nas 137 escolas públicas do concelho, abrangendo todos os anos de escolaridade, do 1.º ao 12.º.

Até à data, a Câmara Municipal de Lisboa não informou se o Ministério da Educação chegou a dotar as escolas de todos os meios humanos necessários, tal como referido na moção, nem sequer se a Câmara e o Ministério celebraram o auto de transferência de competências, identificando os equipamentos, os recursos humanos e financeiros a transferir, nem a data de produção de feitos.



É necessário o reforço imediato de todos os auxiliares de acção educativa e assistentes administrativos necessários ao funcionamento da Escola Pública e que este tem de ser o tempo de uma Escola verdadeiramente Pública, Gratuita, Universal, de Qualidade, Democrática, para todos.

A eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica propõe que esta Assembleia delibere:

1. Exigir do Governo que este tome rapidamente as medidas necessárias para dotar as Escolas de pessoal não docente (assistentes operacionais, psicólogos e outros técnicos especializados) e mais meios técnicos e materiais, para assegurar que são garantidas com eficácia as regras impostas pela Direcção Geral de Saúde;
2. Que a Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com o Ministério da Educação, envide esforços para assegurar o número suficiente de trabalhadores de modo a garantir o normal funcionamento do ano lectivo 2020/2021, sobretudo considerando as exigências específicas deste ano, resultantes da pandemia da Covid19;
3. Que os vínculos laborais dos trabalhadores não docentes sejam garantidos tal como prevê o estabelecido no ponto 2, do Artigo 42.º, da secção II, do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro.
4. Remeter a presente moção para:
 - Assembleia da República e Grupo Parlamentares
 - Ministro da Educação e Ciência
 - Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
 - Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
 - Vereador dos Direitos Sociais e Educação
STML
 - CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
 - UGT - União Geral de Trabalhadores

Lisboa, 28 de Setembro de 2020

A Eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de S.Domingos de Benfica

Helena Barros

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Moção

2

Pela disponibilização de testes gratuitos a professores, assistentes operacionais e alunos

Considerando que:

- a) O contexto de pandemia obrigou ao encerramento de todos os estabelecimentos escolares no dia 16 de março de 2020, com grave prejuízo para toda a comunidade escolar, em particular para as aprendizagens dos alunos;
- b) Uma boa parte dos docentes em exercício de funções nas escolas da cidade de Lisboa pertence a grupos de risco, principalmente devido à faixa etária média da classe docente;
- c) A ausência de sintomas em grande parte da população jovem faz com que as potenciais infeções por COVID-19 passem despercebidas e se tornem potenciais fatores de contágio, visto que o critério de testagem definida está associado ao aparecimento de sintomas;
- d) A transmissão do SARS-CoV-2 na população pediátrica permanece "um enigma" alvo de estudo e de poucas conclusões definitivas;
- e) Segundo um estudo a nível mundial, realizado pela Organização Internacional do Trabalho, a COVID-19 deixou um em cada oito jovens (13%) sem qualquer acesso a aulas, ensino ou formação, números que também se encontram próximos da realidade portuguesa.
- f) A Escola constitui-se como a espinha dorsal da nossa sociedade enquanto ferramenta fundamental para debelar desigualdades sociais, pelo que a não frequência de aulas tende a penalizar os mais vulneráveis.
- g) O regresso às escolas no ano letivo de 2020/21 assume particular importância a todos os níveis, e a reabertura das escolas é tida como essencial para o retorno de muitas famílias ao trabalho e como um fator de recuperação de aprendizagem fundamental para as crianças e jovens;
- h) A reabertura das escolas faz aumentar os contactos sociais e físicos devido à mobilidade subjacente de retorno ao trabalho por parte de muitas famílias, transporte para a escola e retomar de muitas relações sociais interrompidas, fator que potencia a disseminação do vírus na comunidade;

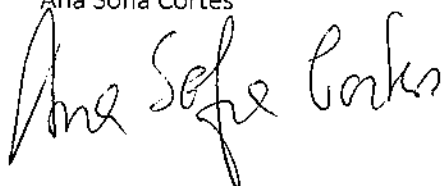
- i) A identificação precoce de casos positivos pré-sintomáticos é uma medida de prevenção que permite agir sobre eventuais cadeias de transmissão antes que elas se transformem em surtos, dentro e fora das escolas;
- j) A testagem regular pode ser particularmente importante no período do Inverno onde as constipações ou gripes podem ser confundidas com a COVID-19. Separar outras doenças da COVID-19 trará menos sobrecarga ao Serviço Nacional de Saúde e menos sobrecarga aos agregados familiares que assim não necessitam de períodos de quarentena com consequências económicas e financeiras associadas.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica reunida a 30 de Setembro de 2020, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

- 1- Instar o Governo a organizar os meios e os recursos para a realização de testes gratuitos a todos os professores/as, alunos/as e assistentes operacionais das escolas públicas, no âmbito do início do ano letivo, em articulação com as autarquias e saúde pública, remetendo para posterior testagem mais sensível, e também gratuita, os casos positivos resultantes do primeiro teste;
- 2- Instar o Governo a assegurar que os agrupamentos escolares e equipas de saúde locais, em articulação com as autarquias e saúde pública, têm capacidade para disponibilizar gratuitamente a realização de teste rápido a professores, alunos e assistentes operacionais, a qualquer momento do ano letivo, e dissemine conteúdo formativo com conhecimento e boas práticas sobre a COVID-19 e o processo de testagem e isolamento;
- 3- Instar o Governo à realização do teste periódico por amostragem para monitorizar o estado epidemiológico das escolas.

Pelo Bloco de Esquerda

Ana Sofia Cortes



Approvada por maioria



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

MOÇÃO

3

**Contra o processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR e pela
instituição efetiva das Regiões Administrativas**

Na sequência do Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de julho e da Lei n.º 37/2020 de 17 de agosto, vai ocorrer em 13 de outubro próximo a eleição dos presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Como é sabido, aqueles normativos consagram um colégio eleitoral composto pelos presidentes e vereadores das câmaras municipais e pelos presidentes e membros das assembleias municipais (incluindo os presidentes de junta de freguesia) da respetiva área territorial.

As CCDR são serviços periféricos da administração direta do Estado, sob a direção do Ministério da Coesão Territorial em coordenação com outros ministérios. Têm importantes atribuições: para além de apoio técnico às autarquias locais, é missão das CCDRs executar políticas de ambiente, ordenamento territorial e cidades e de desenvolvimento regional (abrangendo os programas operacionais regionais e outros fundos comunitários), assim como promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional.

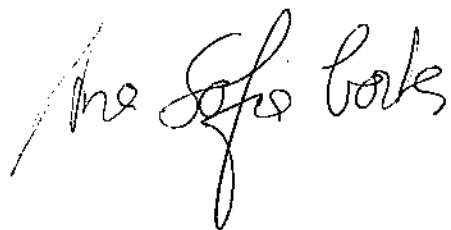
A eleição dos presidentes das CCDR em outubro próximo será feita por eleitos autárquicos. Porém, para além de nenhum autarca ter sido eleito com tal competência, tal eleição dum presidente da CCDR para os próximos 5 anos quando estamos a um ano de novas eleições autárquicas, enfraquece a legitimidade do processo e está a transformar-se numa espécie de oligopólio eleitoral, com PS e PSD a distribuírem entre si cargos de presidente nas várias CCDR, num processo que de democrático tem muito pouco. Fica, isso sim, evidente a intenção de manter o bloqueio à Regionalização consagrada na Constituição desde 1976.

A eleição em 13 de outubro próximo é também desconforme à descentralização democrática prevista na Constituição através da atribuição de competências e meios a órgãos regionais com legitimidade democrática própria, sujeitos ao escrutínio universal, democrático e transparente.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica reunida a 30 de Setembro de 2020, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1. **Manifestar discordância pelo processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR, como previsto no DL n.º 27/2020 e na Lei n.º 37/2020 de 17 de Agosto**
2. **Insistir junto dos órgãos da República para que se avance, o mais rapidamente possível, no processo de instituição efetiva das Regiões Administrativas prevista na Constituição desde 1976**

A/O representante do BE
Ana Sofia Cortes

A handwritten signature in black ink that reads "Ana Sofia Cortes". The signature is written in a cursive style with a diagonal slash at the beginning.

Mocão 3 - BE
rejeitada.